

SERVIÇO PÚBLICO

A fila que o governo não explica

Órgãos federais pediram mais de 20 mil vagas neste ano. Saíram 426. O INSS, com 23 mil cargos vagos, não recebeu nenhuma. Em março, o governo sancionou uma lei que reestrutura carreiras de servidores

» JOÃO PEDRO DE LARA RESENDE*

A rotina de Joana*, de 29 anos, é a mesma há dois anos: estudar para um concurso que ainda não foi autorizado.

Há a vaga: o Ministério da Saúde solicitou 7.027 ao governo neste ano. Há o cargo, há a necessidade. O que não existe é o edital, e ninguém sabe quando ele vai sair.

Então, ela estuda assim mesmo. Divide as horas entre o trabalho e os livros, sem data, sem banca, sem prova marcada. “A preparação exige constância. Procuro focar nas disciplinas básicas e nos conteúdos que historicamente são cobrados, para chegar mais preparada quando o concurso for autorizado”, diz a concurseira.

Ela não está sozinha. Neste ano, os órgãos do Executivo solicitaram mais de 20 mil vagas ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Foram autorizadas 426.

Nessa espera, há duas filas, e Joana está em ambas. A primeira é do governo: vai do pedido do órgão à autorização e decide se o concurso existe. A segunda é do candidato: vai da autorização à posse e define quando ele vira empregado.

Quem decide

Todo mês de maio, os órgãos federais fazem a mesma conta. Levantam quantos cargos estão vagos e enviam o pedido ao MGI. O prazo, 31 de maio, não é aleatório: pela Instrução Normativa nº 2/2019, o pedido feito num ano concorre ao Orçamento do ano seguinte. As 426 vagas deste semestre respondem a pedidos de 2025, amparados no Orça-

Acervo pessoal



Raquel Serpa, 42 anos, aguarda nomeação

mento de 2026. Os do INSS e da Saúde, feitos neste ano, só terão resposta com o Orçamento de 2027 — rito que o ministério confirmou ao **Correio**.

Entre o que se pede e o que sai, há um funil. A Controladoria-Geral da União (CGU) solicitou 500 vagas e recebeu apenas 60. O Banco Central pediu 560 e obteve 170. “Não há automatismo. São etapas jurídicas e administrativas distintas”, explica ao **Correio** João Leles, professor do IMP Concursos. Segundo ele, carreiras de arrecadação, fiscalização e controle costumam sair

primeiro. Órgãos de outras áreas esperam mais.

O padrão aparece no painel do MGI: todas as vagas autorizadas em 2026 estão nos grupos econômico e de governo. Nas áreas social e de infraestrutura, nenhuma.

O maior pedido

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem mais de 23 mil cargos vagos, segundo o Painel Estatístico de Pessoal do próprio MGI. O último concurso para técnico do seguro social, de nível médio, foi em 2022. Este ano, o

instituto solicitou 10 mil vagas, sendo 8.501 para técnico e 1.499 para analista.

Cargo vago não é vaga

Não saiu nenhuma. O que o instituto conseguiu foi outra coisa. Em 2026, o governo autorizou 460 nomeações de analistas do seguro social aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), 160 delas acima do previsto no edital. Não são vagas novas: são aprovados de um concurso anterior sendo chamados. De técnico, o cargo de maior falta, nada.

O governo pondera que cargo vago não é vaga a preencher: dos 232 mil vagos no Executivo, 92% decorrem de aposentadorias, e nem todos serão repostos. Ainda assim, foi o próprio INSS que pediu as 10 mil vagas.

Passar não basta

Ser autorizado não é ser aberto. Após a portaria, o órgão tem seis meses para publicar o edital, e a primeira prova só ocorre dois meses depois. Autorização neste ano, portanto, não significa prova